

Banpará: relatório do BC sumiu nas mãos de afilhada política de Jader

A procuradora Marília Crespo virou candidata do PMDB a vice-prefeita de Belém

Catia Seabra

• BRASÍLIA. Uma neopeemedebista estava no comando do Ministério Público do Pará em outubro de 1992, quando chegou à Procuradoria do Estado o relatório do Banco Central, assinado pelo inspetor Abrahão Patrui, segundo o qual o então governador e atual presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), seria beneficiário de recursos desviados do Banco do Pará (Banpará). Vice na chapa do PMDB à Prefeitura de Belém na eleição do ano passado, era Marília Crespo a procuradora-geral do estado quando o documento foi enviado ao Ministério Público Estadual.

O relatório nunca mais foi encontrado, segundo a própria assessoria do Ministério Público. Tanto é que Vicente Miranda, promotor hoje responsável pelo caso, requisitou ao BC que enviasse novamente o documento.

Marília ficou no cargo por três mandatos

Marília Crespo esteve no controle da Procuradoria do Pará por três mandatos, o primeiro deles em 1989. Ela já estava no cargo quando Jader assumiu, pela segunda vez, o governo do Pará, em 1991.

Foi selecionada por Jader, de uma lista tríplice, para seu segundo mandato, que acabou no fim de 1992. De acordo com os registros da Procuradoria, o relatório chegou ao Ministério Público no dia 17 de outubro de 1992.

Depois de dois mandatos consecutivos, Marília não poderia ser escolhida novamente para o cargo. Para seu lugar, Jader nomeou José Ribamar Coimbra. Ele foi escolhido em dezembro de 1992 e as-



O PRESIDENTE DO SENADO Jader Barbalho: explicações sobre o caso Banpará em uma página na internet

sumiu, de fato, em janeiro de 1993. Como estava prestes a completar 70 anos, ficou no cargo por dez meses. Em 1º de outubro, foi aposentado compulsoriamente. Morreu um ano depois.

Segundo a família de Coimbra, ele foi feito procurador-geral com o apoio de Marília.

— Ela só o apoiou porque sabia que seu mandato seria curto — conta um parente de Coimbra que, temendo retaliações, pediu para não ser identificado.

Após o afastamento de Coimbra, Marília Crespo assumiu o comando da Procuradoria pela terceira vez em 1993. Permaneceu no cargo até outubro de 1995, mesmo ano em que o tucano Almir

Gabriel foi empossado no governo do estado.

Ao deixar a Procuradoria Geral em 1995, Marília se aposentou. Hoje, segundo dados oficiais, recebe uma aposentadoria de R\$ 22 mil, a maior de toda a folha de pagamentos do governo do Pará. Ela filiou-se ao PMDB e disputou, no ano seguinte, uma vaga na Câmara de Vereadores de Belém. Foi eleita vereadora em 1996.

Investigação foi reiniciada em 1996

Neste mesmo ano, foi descoberto o desaparecimento do documento e denunciado nos jornais. O Ministério Público estadual restaurou a investigação em abril de 1996. Na época, também foi aberta

uma auditoria interna para apurar o sumiço do documento. Coimbra, já morto, acabou sendo o responsabilizado.

Marília Crespo foi procurada durante três semanas pelo GLOBO, mas não foi encontrada.

Jader não quis comentar o assunto. Sua assessoria argumentou que todos os esclarecimentos que o presidente do Senado tem a dar sobre o caso estão disponíveis numa página da internet. Nela, o nome de Marília não é citado. Na internet, Jader exhibe também um documento assinado por Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central, assegurando que seu nome nem sequer era citado no relatório da instituição. ■